ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Nonagésima Quarta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul". Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Cento e Quinze da Nonagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 44/23 do Poder Executivo; Ofícios nºs 4.062, 4.065, 4.135, 4.144 e 4.155/2023, da Presidência da República; Cartas nºs 568 e 569/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Professor Rinaldo, Pedro Kemp e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Jamilson Name e Neno Razuk.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usou da palavra o deputado Roberto Hashioka.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 258/2022, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Resolução nº 40/2023, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Resolução nº 41/2023, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 42/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Resolução nº 44/2023, de autoria do deputado Zeca do PT; Projeto de Resolução nº 45/2023, de autoria do deputado João César Mattogrosso; Projeto de Resolução nº 46/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Resolução nº 83/2023, de autoria do deputado Coronel David. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 112/2023, de autoria do deputado Renato Câmara; Projeto de Lei nº 247/2023, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 14/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Luiz Carlos Rosso; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Diego Ralf Bomfim; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao cônsul Kabril Yussef, do Consulado da República Árabe da Síria, e à embaixadora da Síria no Brasil, Rania Al Haj Ali, pelas vidas ceifadas de inúmeros acadêmicos militares; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de José Carlos Soares Gouveia e Elza Araújo Castro; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane,*

endereçada aos familiares de Nalu Faria; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Sebastião de Souza Nantes; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao cabo PM Carlos Alberto Cantu Júnior e ao primeiro-sargento PM Marcio Marques dos Santos, pelo ato de bravura ao realizarem o atendimento de uma ocorrência a 12 de fevereiro do corrente, no bairro Cristo Rei, no município de Anastácio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Asilo São João Bosco pela comemoração de seus cem anos de criação e dedicação à causa das pessoas idosas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos seguintes policiais militares do Batalhão de Choque: cabo Jonhy Carlos da Silva; segundo-sargento Thiago Martines Dias, comandante da guarnição; cabo Thiago David Mareco de Souza; terceiro-sargento Douglas Farias Ortigoza; segundo-tenente Geraldo Cícero Barbosa de Souza; terceiro-sargento Wender Rogério de Freitas Antunes; terceiro-sargento Gustavo Seiki Arisaka Lopes; soldado Victor André Colevati de Oliveira, pelo bravura demonstrada por esses servidores na Ocorrência nº 412/2023 (cópia anexa), de 2 de outubro de 2023, que culminou na desarticulação de uma perigosa quadrilha especializada em roubo e furto de camionetes; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 14 de novembro de 2023, para realização de audiência pública com o tema: "Sistema de Regulação de Vagas no SUS: medidas para reverter o quadro de espera dos pacientes"; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 21 de novembro de 2023, para a realização de audiência pública; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Rafael Tavares e Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, Junior Mochi, Renato Câmara, Lucas de Lima, Lia Nogueira, João César Mattogrosso, Zé Teixeira, Neno Razuk, Pedro Kemp e Mara Caseiro. ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de outubro do ano de dois mil e vinte e três".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputadas e deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 19 de outubro de 2023: Ofícios nºs 3.690 e 3.692/2023, da Presidência da República, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nº 4691, 4689/2023); Ofício nº 2.256/2023, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do ex-governador deputado Zeca do PT (Prot. nº 4612/2023); Ofícios nºs 33.911 e 34.009/2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, respondendo aos requerimentos das deputadas Lia Nogueira e Mara Caseiro (Prot. nº 4313, 4128/2023); Ofícios nºs 1.127 e 1.160/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3242, 3242/2023); Ofício nº 3.642/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 1706/2023) Ofício nº 2.024/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 3533/2023). Senhor presidente, conforme vossa solicitação, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de registrar a presença do vereador Jéferson Vieira, do município de Bela Vista. Obrigado pela presença. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, vou pedir licença para ler duas indicações aqui da mesa, ambas endereçadas ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, com cópia ao senhor Rudi Paetzold, prefeito municipal de Coronel Sapucaia. A primeira, solicitando estudos no sentido de instalar-se internet via rádio na escola da aldeia Kurussú Ambá II, em Coronel Sapucaia. A segunda, solicitando a disponibilização de uma geladeira para a mesma escola. Diante do forte calor que tem assolado o estado nos últimos dias, membros da comunidade escolar da escola da aldeia Kurussú Ambá II, estão encontrando dificuldades para conservar a merenda, especialmente carnes e outros produtos perecíveis, motivo pelo qual solicitamos a disponibilização de um refrigerador para atendê-los. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, quem nos assiste pela TV Assembleia. Indico à Mesa Diretora, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Arlei Caravina, e ao diretor da Sanesul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando adequação nas obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com a alteração do ponto de lançamento do emissário final no rio Paraná e a implantação de sistema de tratamento terciário dos afluentes, em Aparecida do Taboado. A proposta em questão visa a atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo presidente municipal do Republicanos no município de Aparecida do Taboado, senhor Luiz Martiniano, conhecido como “Panela”. A população de Aparecida do Taboado e região está muito preocupada com a destinação do esgoto da estação de tratamento. O principal descontentamento é pelo fato de a empresa manter o ponto de lançamento do esgoto tratado no rio Paraná a jusante e a montante de vários empreendimentos turísticos, como o Balneário Municipal e o Balneário dos Servidores da Educação, além de loteamento, de ranchos, inclusive de população ribeirinha, sem considerar a implantação de um sistema de tratamento de nível terciário para uma remoção mais eficiente de nutrientes e patógenos. Outra indicação, dirigida o governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a pavimentação da MS-316, do trecho que liga Aparecida do Taboado a Inocência, no município de Aparecida do Taboado. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada a este gabinete pelo presidente do Republicanos no município de Aparecida do Taboado, o "Panela". É crucial a pavimentação asfáltica do trecho mencionado, reduzindo-se assim significativamente o trajeto, em quarenta e dois quilômetros. É medida de grande importância para a comunidade local, para o desenvolvimento econômico da região. Ressaltamos que a redução do trajeto entre as duas cidades significa economia de tempo e de recursos,

agilizando os deslocamentos e reduzindo os custos operacionais para empresas e indivíduos. Mais uma indicação, endereçada ao governador, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Domingos Sahib Neto, solicitando o asfaltamento da rua Joana Maria de Souza, no Jardim Itamaracá. Outra, dirigida à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento da rua Lúcia Martins Coelho com a rua Península, no bairro Coophavila II, nesta Capital. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro, nossa presidente da CCJR.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, bom dia nobres colegas..

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, só para registrar que acabamos de receber um pin aqui, um brochezinho do Outubro Rosa, do Dia Mundial de Combate ao Câncer de Mama... O deputado Paulo Corrêa fazendo às vezes aqui.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Muito bom, isso é muito importante. Hoje é o dia mundial do combate ao câncer de mama. Nós mulheres temos de nos prevenir, fazer o autoexame, e ao menor sinal, a qualquer sintoma, procurar um profissional: temos que nos cuidar. O diagnóstico precoce salva vidas, eu sou prova viva disso: estou aqui porque descobri um câncer de mama em tempo de ser curado, tratado... Oh, obrigada, deputado Paulo [*o deputado Paulo Corrêa entrega um brochezinho para a deputada*]... Mas, senhor presidente, também tenho hoje algumas solicitações. Começo por um requerimento solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 26 de outubro próximo, das 13h30 às 17h00, para a realização de uma audiência pública com o tema "Avanços e Desafios da Odontologia", a ser realizada em parceria com o Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul (CRO/MS), em comemoração ao Dia Internacional da Saúde Bucal e ao Dia do Odontólogo, comemorado a 25 de outubro. Para a realização deste evento, requerem-se os serviços de som, cobertura da TV Assembleia, segurança, serviços gerais, copa, serviços de multimídia, informática e convites. Tenho uma indicação, endereçada ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a destinação de aparelhos de ar-condicionado e cadeiras de rodas para atender a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Leandro Rosa de Souza, Zé Divino, Fião, Oba, José Moura, Nelson Gomes e Arthur Filho. Estive visitando a Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia, senhor presidente, e vi a satisfação dos pacientes com o atendimento amável, ágil que têm recebido daquela unidade. Ouvi várias declarações nesse sentido de alguns pacientes que estavam lá, inclusive menções a esse programa do estado, o Mais Saúde, que atende a várias cirurgias eletivas. Vi também vários pacientes de outros municípios atendidos na Ortopedia, inclusive com cirurgia de joelho; encontrei lá pacientes de Corguinho, de Aparecida do Taboado sendo atendidos nesse programa do governo. O objetivo da Secretaria de Estado de Saúde com esse programa é realmente diminuir ou acabar com

as filas das cirurgias eletivas. Parabéns à direção da Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia, que vem fazendo um trabalho de excelência — em parceria, lógico, com o município, com o prefeito Valdeci, com os vereadores —, trabalho que tem dado certo. Outra indicação, presidente, também para o governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, Marcelo Ferreira Miranda, e ao secretário de estado de Educação, Hélio Daher, solicitando seja feito o isolamento acústico da sala de música da Escola Estadual Etalívio Pereira Martins, no município de Rio Brilhante. Trata-se de uma solicitação feita pelo vereador Rodrigo; embora a escola tenha sido totalmente reformada, ainda precisa ser feito o isolamento acústico — inclusive temos lá uma banda de percussão que tem dado supercerto, já vi apresentação deles. É o que tinha para hoje, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Roberta Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, deputadas, deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia. Trago aqui um projeto de lei que altera e acrescenta artigos à Lei n° 5.673, de 8 de junho de 2021, que dispõe sobre a proteção à fauna no estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Artigo 1º - A Lei nº 5.673, de 8 de junho de 2021, passa a vigorar com o seguinte acréscimo: Artigo 3A - É de responsabilidade do infrator ressarcir todas as despesas de assistência veterinária decorrentes de abuso ou maus-tratos contra animais, nos termos da presente lei. Justificativa. Em suma, esse projeto de lei busca aprimorar as ferramentas para o enfrentamento do abuso e da violência praticada contra animais, obrigando o perpetrador a ressarcir todas as despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes de abuso ou maus-tratos cometidos. Era isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, caros colegas, quem nos acompanha. Trago uma indicação endereçada ao diretor-presidente da Fundação de Esporte de Corumbá, solicitando a realização de obras de revitalização da Quadra Poliesportiva Professor Diógenes Teixeira Cruz, no bairro Cristo Redentor. Justificativa. Trata-se de um pleito encaminhado por moradores de Corumbá, que alegam necessária a medida tendo em vista que hoje o local não tem condições de uso, acrescentando que a referida quadra tem grande potencial para atender a população local e para receber eventos esportivos e culturais. Trago também uma moção de congratulação, aos policiais militares sargento Ferraz e sargento Matos, em virtude da ação que empreenderam dia 23 de agosto do corrente no Anel Rodoviário Doutor Ricardo Trad, distrito de Rochedinho, município de Campo Grande. Com efeito, os policiais militares da Guarnição da Cavalaria da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, em ação ocorrida na BR-163, próximo ao Anel Rodoviário Doutor Ricardo Trad no distrito de Rochedinho, tiveram êxito em evitar um grave incêndio, promovendo o salvamento de um motorista que se encontrava desacordado por ter perdido o controle da direção do caminhão que conduzia. Os sargentos Edelson Ferra da Silva e Elton de Matos Alves

atuaram de modo proativo e eficiente na condução da ação, evitando o incêndio e um potencial acidente na rodovia, pelo que merecem a congratulação desta Casa. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro faço um registro que reputo muito importante, de reconhecimento, senão de gratidão, a duas mulheres valorosas, colegas deputadas, que ontem me deram o prestígio de participar — falo me deram porque sou presidente da Comissão Permanente de Agricultura Familiar — de uma reunião histórica, deputado Pedro Kemp, acerca da agricultura familiar do estado; com a presença do superintendente do Incra, companheiro Paulinho, com a superintendente do MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], companheira Marina, com o secretário especial de Agricultura Familiar do governo Riedel, companheiro Humberto Melo, e com o presidente da Agraer, companheiro Whashington. Refiro-me à deputada Mara Caseiro e à deputada Gleice Jane, que ontem fizeram todo o esforço possível (participando com profundidade até as cinco da tarde), para nos permitir quórum numa reunião para discutir os programas, deputado Pedro Kemp, que desejamos ver contemplados com recursos do PPA [Plano Plurianual] e do orçamento cuja proposta será discutida nesta Casa. Portanto, é de reconhecer a contribuição enorme que essas duas companheiras (insisto, combativas, disciplinadas, visionárias) deram para o funcionamento da comissão. Agradeço, portanto, à deputada Mara Caseiro e à deputada Gleice Jane. Agora apresento um projeto de lei, senhor presidente. No século XVI, aproximadamente, na velha e querida Espanha, o povo mais pobre inventou um modo de promover sua cultura: inventaram a festa do Touro Candil, que absolutamente nada tem a ver com o touro caprichoso, com o boi não-sei-das-quantas, promovidos num monte de lugar, nada tem com esse monte de fantasia sem identidade com a história. Essa festa cultural originária da velha Espanha veio correndo pelos países de cultura espanhola da América do Sul, Uruguai, Argentina, Chile, chegando ao Paraguai. Pois bem. Com os sucessivos golpes militares havidos no velho Paraguai, muitas famílias emigraram para o Brasil trazendo consigo a cultura do Touro Candil. Sessenta e cinco anos atrás (eu tenho setenta e quatro), na beira do rio Paraguai, na charqueada onde meu pai trabalhava, nós, todo dia 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora de Caacupé, comemorávamos a festa de Caacupé com a dança do Touro Candil. A festa consistia na montagem de um esqueleto feito de madeira com lonas, simples, com a cabeça do boi, com fogo nos chifres e com uma pelota acesa que a gente chutava, vestido de mascarita. Eu, os finados e saudosos Heitor e Osório brincamos muito no Touro Candil. Meu querido Paulo Corrêa, Vossa Excelência que também, como Mara e tantos outros, representa a fronteira, essa cultura deve ser preservada. Até porque foi inventando um monte de coisa para atrair gente, coisa que absolutamente não tem nenhuma identidade com essa tradição iniciada lá no século XV ou XVI na velha Espanha. Então apresento um projeto de lei declarando a festa do Touro Candil de Porto Murtinho como patrimônio imaterial e cultural do estado de Mato Grosso do Sul, reconhecendo-se assim sua importância histórica, cultural e social para a população sul-mato-grossense. Segue anexa a justificativa, que não leio para não tomar tempo. E fico aguardando, absolutamente convicto da sensibilidade cultural dos nobres pares, certo da sua aprovação. Antes de concluir, agradeço, porque deputado Paulo Corrêa, meu

querido companheiro, amigo, camarada, já levanta a mão pedindo para assinar em conjunto, o que me envaidece. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores parlamentares, imprensa, assessoria, pessoas presentes e quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, tenho uma indicação, pedindo à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que se viabilize a revitalização da praça pública denominada Praça do Papa, localizada na avenida dos Crisântemos, no bairro Vila Sobrinho, em Campo Grande. O pleito encontra justificativa no anseio da população da região, em especial dos moradores do Residencial Flamingos, representados pela professora Vânia Menezes, pelo senhor Aluízio Bier, que se dirigiram ao nosso gabinete com um abaixo-assinado solicitando a medida. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 05477/2023, 05479/2023, 05476/2023, 05475/2023); dois projetos de resolução (Prot. nºs 05062/2023, 05054/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: dois projetos de resolução (Prot. nºs 05095/2023, 05052/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 05470/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 05398/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: dois projetos de resolução (Prot. nºs 05075/2023, 05100/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 05445/2023, 05444/2023, 05443/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 05446/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 05447/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 05449/2023); um projeto de lei (Prot. nº 05448/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: três projetos de resolução (Prot. nºs 05104/2023, 05107/2023, 05111/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas moções de congratulação (Prot. nºs 05450/2023, 05451/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: sete indicações (Prot. nºs 05487/2023, 5489/2023, 05483/2023, 05482/2023, 05484/2023, 05481/2023, 05480/2023); um projeto de lei (Prot. nº 05469/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 05499/2023, 05497/2023); um requerimento (Prot. nº 05498/2023); um projeto de lei (Prot. nº 05395/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 05478/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 05491/2023, 05488/2023, 05485/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: três projetos de resolução (Prot. nºs 05065/2023, 05066/2023, 05067/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de resolução (Prot. nº 05068/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: vinte e seis indicações (Prot. nºs 05493/2023, 05494/2023, 05495/2023, 05490/2023, 05486/2023, 05471/2023, 05472/2023, 05473/2023, 05474/2023, 05468/2023, 05467/2023, 05466/2023, 05465/2023, 05464/2023, 05463/2023, 05462/2023, 05461/2023, 05454/2023, 05452/2023, 05453/2023, 05460/2023, 05459/2023, 05458/2023, 05457/2023, 05456/2023, 05455/2023). De autoria do deputado Roberto

Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 05500/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma projeto de decreto legislativo (Prot. nº 05492/2023).). Registro a presença do vereador Jefferson Lopes, do município de Itaquiraí; obrigado pela presença. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Gleice. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Paulo Corrêa. Transferida. Deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Roberto Hashioka. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Temos na pauta, em segunda votação, o projeto que altera o estatuto dos servidores do Magistério, complementando a votação do seu reajuste para que possam receber ainda no mês de aniversário de Mato Grosso do Sul e do Dia dos Professores. Consulto o segundo-secretário se há quórum para votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto se o deputado Renato Câmara está no Plenário virtual... Não?... Alterada a ordem. Se o deputado Renato Câmara entrar no virtual, ele está num expediente hoje em Dourados, a gente volta. Item 2. Em discussão única... Aqui tenho uma proposição a fazer aos senhores deputados. O Item 2 ao 14 trata de Comenda do Mérito Legislativo e de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Proponho que os coloquemos todos em votação a um só tempo... Para isso, não pode haver oposição; em havendo relativamente a algum item, pode-se pedir destaque. Consulto os senhores deputados. Os que concordam, permaneçam como se encontram... Aprovados. Vamos votar em bloco, lembrando que todos têm parecer favorável, por unanimidade, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Projetos de Resolução de nºs 47 ao 59 e 95/2023, de autoria dos deputados Jamilson Name, Junior Mochi, João Cesar Mattogrosso e João Henrique.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovados os Projetos de Resolução de nºs 47 a 59 e 95 de 2023. Vão ao Expediente. Item 15. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 014/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." Agradeço à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do deputado Professor Rinaldo, que emitiu parecer favorável. A Comissão de Finanças também emitiu parecer favorável, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 14, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) - Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Sim

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. O projeto está apto, portanto, para ser enviado para o governo sancionar: cumprimos a nossa parte. Agradeço mais uma vez o empenho; projeto votado na CCJR, votado em todas as comissões de mérito em dois dias. Quis Deus que eu, depois de doze anos de efetivo magistério, dando aula para criança, dando aula para alunos de 1ª à 4ª série, depois de segundo grau, estivesse na presidência desta Casa para assinar o projeto de lei que torna o salário dos professores de Mato Grosso do Sul o maior do Brasil. É uma honra, um orgulho para esta Casa participar deste momento, senhor deputado Paulo Corrêa, senhores deputados. Que possamos continuar nessa direção. Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 16. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 252/2023. Autor: Poder Executivo. "Institui a taxa de regulação, fiscalização e controle do serviço regular de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros (TRFC) do estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Apenas para esclarecer que nós não estamos onerando a população, criando mais uma taxa para pagamento do serviço da Agems [Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS]. Essas taxas, que já existiam, estão sendo reestruturadas, remodeladas. Não estamos onerando ainda mais a população, apenas fazendo uma adequação.

Projeto de Lei nº 252/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e um voto um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 17. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 06/2023. Autores: deputados Pedrossian Neto, Junior Mochi, Professor Rinaldo e Antonio Vaz. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 03, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão... Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, esse projeto de minha autoria (com coautoria de outros colegas deputados), que ora submetemos ao douto Plenário, trata de uma questão extremamente importante para Mato Grosso do Sul, e penso que para o Brasil, que é a de buscar formas criativas de aumentar os recursos destinados à infância e à adolescência, e à garantia dos direitos dos idosos, dois segmentos sociais extremamente vulneráveis no Brasil, especificamente em Mato Grosso do Sul. Porquanto temos um grande vácuo na nossa Constituição Federal, uma lacuna deixada por aqueles que desenharam o arcabouço brasileiro de políticas públicas. Quando o constituinte fez a Constituição de 1988, ele

dotou a saúde e a educação de recursos mínimos, carimbados e destinados ao financiamento desses dois elementos da seguridade social; mas a assistência social não foi contemplada. Hoje existem as empresas que são incentivadas pela renúncia ou diminuição do ICMS, no âmbito do ICMS Empreendedor (criação do ex-governador Zeca do PT, nosso querido colega deputado), estão obrigadas a depositar até 1% do seu Imposto de Renda (devido pela pessoa jurídica) no Fundo da Criança e do Adolescente: é o que diz hoje a lei. Só que, como a redação diz "até 1%", há empresa colocando 0,01%, e já está atendida e legislação. Agora, com esse projeto, nós estamos colocando que seja 1% — lembrando que com isso não estamos onerando as empresas em praticamente nada, já que uma vez destinado esse 1% para o Fundo da Criança e do Adolescente, ou 1% para o Fundo de Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa, a empresa pode descontar tal valor integralmente do Imposto de Renda que pagaria no final do exercício para a Receita Federal. Ou seja, se a empresa ganha dinheiro aqui, se aufere renda, se tem lucro em Mato Grosso do Sul, se o estado reduz impostos para ajudar na industrialização, nada mais natural que possamos pedir a essas empresas — lembrando que estamos falando de empresa optantes do Lucro Real, empresas com faturamento acima 70 milhões de reais por ano, incentivadas pelo ICMS — que, ao invés de pagar 1% de Imposto de Renda para o Leão, que deixem esse 1% aqui no estado. Não se onera em absolutamente nada as empresas, não se lhes cria nenhum tipo de obstáculo. Mas podem ter certeza absoluta: para a criança, para o adolescente e para o idoso, isto vai fazer uma diferença muito grande. O Feinad, o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, ano passado recebeu apenas sete milhões de reais de contribuição das empresas, valor muito baixo, insuficiente para custear as ações na assistência social. Com a aprovação desse projeto de lei, podem ter certeza absoluta: nós vamos colocar mais de 30 milhões de reais dentro desses fundos, fundos que por sua vez vão abastecer as entidades. É mais recurso para a Apae, mais recurso para a Pestalozzi, mais recurso para a Casa da Vovó Miloca, mais recurso para ajudar no contraturno escolar das crianças. Com essa lei vamos ajudar os principais asilos aqui de Campo Grande, Asilo São João Bosco, Casa do Aconchego, Sirpha: é recurso carimbado, destinado para essas entidades, que vai complementar muitas vezes a ajuda que dão os deputados com suas emendas. Isso pode até contrabalançar um pouco as emendas que nós deputados destinamos a essas entidades, quem sabe até despolitizando essa decisão. Porque virá um recurso para o fundo, esse fundo por sua vez — com critérios claros, republicanos, atendendo a uma política de bem-estar social, uma política com "P" maiúsculo —, vai destinar a verba para o financiamento da assistência social; e sem aumentar carga tributária, com criatividade, resolvendo um problema grave do estado. É por isso que peço o voto dos colegas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais alguém para discutir?... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 06/2023, de autoria do Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 18. Em discussão única e votação simbólica: 01 requerimento, 17 indicações e 01 moção de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Não há moções de pesar. Está encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero comunicar a Vossa Excelência, obrigação minha, que na próxima terça-feira não estarei presente à sessão, em razão de cumprimento de agenda em Brasília. Terça próxima estarei com o ministro da Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e muito provavelmente com a presidenta do Banco do Brasil, falando com eles acerca da necessidade urgente de dotar as agências do Banco do Brasil em Mato Grosso do Sul com recursos do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. O presidente Lula lançou o Pronaf, o Incra e a Agraer estão realizando um trabalho extraordinário na documentação de todas as famílias da agricultura familiar, e essas famílias, quando procuram uma agência do Banco do Brasil (ou da Caixa) são comunicadas de que não há recurso previsto no Pronaf. Vou tratar, deputado Pedro Kemp, com o ministro e com a presidenta do banco sobre a urgente necessidade de transferir recursos do Pronaf aqui para a superintendência regional. E vou procurar, com a presidenta do banco, avançar na ideia de que o Banco do Brasil volte a ser um banco social, característica que perdeu (sei porque sou funcionário do banco aposentado). Hoje os agricultores da agricultura familiar muitas vezes são atendidos fora da agência, as agências são para os grandes fazendeiros. E não é esse Banco do Brasil que Lula nem nós queremos! Queremos um Banco do Brasil que atenda a todos indistintamente! A proposta que levei ao presidente Lula, como já falei aqui, é que nas cidades com preponderância da agricultura familiar, como Sidrolândia, Nioaque, Ponta Porã, Dourados, Itaquiraí, Nova Andradina, Naviraí, enfim, haja uma agência do Banco do Brasil da agricultura familiar. Então, já comunico a Vossa Excelência, presidente, que terça-feira estarei nessa agenda lá em Brasília, porque entendo que esse é o nosso papel também. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu que agradeço, deputado, Vossa Excelência vai falar inclusive em nome da Casa, que vai contribuir com Mato Grosso do Sul. Agradeço a presença da senhora Tahisa Daiane Silva, secretária-geral da Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Agricultores Familiares; do senhor Jefferson Peres da Silva, vereador do município de Corguinho. Comunico aos senhores deputados, já agradecendo, que fizemos acordo de lideranças relativamente ao projeto que institui o programa "Cuidar de Quem Cuida", o calendarizamos, projeto do governo do estado que dispõe sobre a remuneração de cuidadores: vamos votá-lo quarta e quinta-feira próximas, numa força-tarefa. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui hoje, último dia de sessão na semana, semana que tivemos o Dia Mundial da Alimentação Saudável, falar justamente disso. Fizemos uma audiência pública segunda-feira aqui, que foi muito prestigiada, com um debate muito rico sobre a necessidade de garantir uma alimentação saudável na mesa do povo sul-mato-grossense. A partir dessa audiência, desse momento importante, nós

compreendemos que este é um debate que se faz necessário na sociedade, para encontrarmos alternativas para combater a fome, para que tenhamos saúde a partir do que estamos comendo. Daí decorre que pensamos em instituir, além desse dia específico, uma semana no estado destinada a incentivar mais pessoas, mais organizações, a fazer um debate sobre alimentação saudável. De maneira que hoje estamos apresentando um projeto de lei instituindo a "Semana da Alimentação Saudável", que será a semana em que cair o 16/10. Nesse dia tivemos atividades no Brasil inteiro, fora do Brasil; a FAO [Food and Agriculture Organization], que é parte da ONU, organizou uma atividade em Roma, e a gente aqui também dando esse suporte, fazendo esse debate. Então a gente quer ampliar o debate, tendo a partir do ano que vem uma semana completa consagrada a um amplo debate sobre alimentação saudável. Precisamos refletir um pouco sobre o que estamos comendo; há um ditado que diz que nós somos o que comemos — precisamos descobrir quem somos agora, com essa quantidade de alimentos processados, alimento com agrotóxico, precisamos olhar para esse processo de produção de alimentos. É nesse sentido que a gente precisa ampliar o debate. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h29min).